

LBI, SOHM E SOP: DESVÃOS DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

Ana Maria Jacó Vilela

(Professora adjunta do Instituto de Psicologia/UERJ)
amjaco@uol.com.br

Daiane de Souza Mello

(Graduanda do Instituto de Psicologia/UERJ/ PIBIC CNPq)
anedaine@hotmail.com

Andressa Siqueira Gonzaga

(Graduando do Instituto de Psicologia/UERJ/ voluntária)
dessadalloway@yahoo.com.br

Camilla Felix Barbosa

(Graduando do Instituto de Psicologia/UERJ/ voluntária)
camillafelix@hotmail.com

Dejany Ferreira dos Santos

(Graduando do Instituto de Psicologia/UERJ/ voluntária)
dejany@oi.com.br

Lívia Siliprandi da Silva Ferreira

(Graduanda do Instituto de Psicologia/UERJ/ PIBIC CNPq)
liviasiliprandi@hotmail.com

Lucila Lima da Silva

(Graduanda do Instituto de Psicologia/UERJ/ voluntária)
lulima_psi@yahoo.com.br

Maria Cláudia Novaes Messias

(Graduanda do Instituto de Psicologia/UERJ/ PIBIC CNPq)
mariaclaudia_novaes@yahoo.com.br

Willian Sérgio de Jesus Lucas

(Graduando do Instituto de Psicologia/UERJ/ voluntário)
psicolian@yahoo.com.br

Histórias, Memórias e Documentos

Atualmente, parece-nos claro que, para conceber o presente, é imprescindível remetermos à história e às memórias. Damos sentidos às nossas práticas pautando-nos em experiências, lembranças, costumes e valores, que acreditamos serem intrínsecos à nossa biografia. Para tanto, a todo tempo recorremos a instrumentos e recursos que conservam, reacendem e preservam essas memórias.

Temos assistido a um crescente interesse e atenção da Psicologia moderna para o valor do conhecimento e da preservação de sua própria história (Brožek e Massimi, 1998). O exame histórico da Psicologia nos permite acompanhar mais claramente as condições de surgimento das idéias, teorias e perspectivas que caracterizam a prática e o saber psicológicos, além de oferecer a compreensão de sua constituição e consolidação enquanto disciplina autônoma.

Podemos dizer que não haveria história se não tivéssemos arquivos de diferentes tipos de documentos, inclusive os orais. Estes, através do contato com memórias individuais e da análise de como os discursos produzem sentidos para os sujeitos, permitem a apreensão de memórias perdidas nos desvãos da história através de seus próprios atores.

É preciso ressaltar, então, a importância da documentação não só como fonte de conhecimento e consulta, mas como instrumento preservador e construtor de memórias e, principalmente, como herança e patrimônio culturais do mundo.

No Brasil, sobretudo na área da Psicologia, o reconhecimento da importância da preservação da memória histórica e o desenvolvimento de trabalhos voltados para a conservação e recuperação de acervos e arquivos são recentes. Conseqüentemente, tal empreendimento de identificação, preservação e recuperação dos arquivos públicos e particulares importantes, se faz urgente e essencial, segundo Brožek e Massimi (1998).

Nesse sentido, devemos mencionar que importantes iniciativas têm sido empreendidas no sentido de recuperar e construir acervos documentais relativos à história da Psicologia brasileira. Podemos destacar, por exemplo, o Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia Clio-Psyché, do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que tem se proposto a construir um acervo da História da Psicologia no Brasil, recebendo e disponibilizando livros, artigos, imagens, revistas, teses, dissertações e monografias, bem como documentações primárias. Além disso, o Programa desenvolve projetos e promove eventos que tratam, mediante diferentes formas e abordagens, da história dos saberes e das práticas psicológicas no Brasil.

Apesar do papel de programas como este, verificamos ainda a necessidade de novos empreendimentos, sobretudo no que se refere à concentração de documentos relacionados à prática psicológica no Brasil. O relato de Benjamin (1988) acerca dos *Archives of the History of American Psychology*, da Universidade de Akron, Estados Unidos, o mais importante arquivo do mundo na área, nos oferece uma visão da importância e dos benefícios de um arquivo dedicado exclusivamente à concentração dos documentos da psicologia de seu país.

A partir do exposto, este texto está construído de forma a apresentar as instituições pesquisadas e seus atores; em seguida, desenvolver nossas experiências na investigação acerca da participação das mulheres nestas instituições, nossos entraves na obtenção de dados e localização de pessoas; e finalmente apresentar as considerações finais sobre a conservação documental em História da Psicologia no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro.

Instituições e instituintes

Constituindo um dos eixos do projeto de pesquisa “Mulher e Psicologia: Entre mulheres inventoras e inventadas na história da Psicologia Brasileira (1830-1962)”, o presente trabalho se propõe a resgatar a presença da mulher nos discursos e práticas *psi*, enfocando sua atuação em três instituições relevantes para a prática da psicologia no recorte temporal desta etapa da pesquisa (1900-1940): o Laboratório de Biologia Infantil, o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental e o Serviço de Ortofrenia e Psicologia.

Nesta fase, como noutras, são comumente relacionadas figuras masculinas como os personagens do período. Vamos nos deter inicialmente na descrição dessas instituições e, em seguida, relatar nossa busca pelas mulheres que lá atuaram.

O Laboratório de Biologia Infantil (LBI)

Idealizado e criado em 1935 pelo médico-legista Leonídio Ribeiro, o LBI constituiu-se, nos primeiros anos, num centro de estudos e pesquisas das causas da delinqüência infantil. Tal área configurou-se um campo fértil para a utilização dos instrumentos oferecidos pela

Psicologia, já que “por meio de testes (...) é fácil estabelecer o perfil psicológico da criança, que nos permite a sua classificação, desde idiotas até os supernormas, por meio do estudo e avaliação associada das sensações, da memória, da imaginação, do raciocínio, etc.” [sic] (Leonídio Ribeiro, 1937, p. 195).

A partir de 1938, quando o médico pediatra Meton de Alencar Neto assumiu a direção do Laboratório, os serviços com fins de identificação e classificação foram cedendo espaço para procedimentos de cunho psicológico, pedagógico, clínico e assistencial, sendo incorporados ao serviço a realização de testes psicológicos – substituintes dos exames médico-legais – e a orientação e seleção profissional, visando o exercício da “ciência aplicada”, dado o objetivo de prestar auxílio ao Juizado de Menores.

Em 1939, foi extinto como órgão auxiliar do Juizado de Menores, passando a funcionar como uma seção do ISS. Em 1941, o ISS é transformado em Serviço de Assistência a Menores (SAM), instituição que deu continuidade aos procedimentos médico-científicos de assistência, controle e tratamento dos menores abandonados e delinquentes.

O Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM)

O Serviço (ou Seção) de Ortofrenia e Higiene Mental – SOHM –, era um dos cinco departamentos do Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE), órgão diretamente subordinado à Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal (RJ). Suas atividades iniciaram em 17 de janeiro de 1934 com a posse de seu primeiro e único diretor Arthur Ramos, em um contexto de reforma educacional e ideológica no Brasil. Há um relativo declínio da hegemonia das teorias raciais – devido a população ser majoritariamente negra e mestiça –, acompanhado pelo surgimento de outras ideologias que se propunham a justificar a existência de desigualdades entre os seres humanos.

Neste novo panorama, surgiu o movimento de higiene mental no Brasil consolidado com a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1923, que pregava que medidas higiênicas fossem implementadas de modo a promover o bem-estar físico da pessoa, primordial para a obtenção de seu bem-estar mental

Paralelamente, penetram no Brasil os ideais da Escola Nova que, no entanto, só se evidenciam a partir de 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, do qual um de seus principais disseminadores foi Anísio Teixeira (Chaves, 2006, p.3). Este movimento visava a inserção da ciência – principalmente da psicologia e da sociologia – nas diretrizes do sistema educacional, além de enfatizar também a formação dos professores, objetivando ampliar a influência da escola na sociedade, a fim de igualá-la à de países desenvolvidos.

Anísio Teixeira tornou-se diretor-geral de Instrução Pública do Distrito Federal, e implantou um novo sistema educacional, criando uma rede municipal de ensino que compreendia desde o primário até o ensino superior, reflexo de seu objetivo de educação pública gratuita para todos.

Portanto, O SOHM é resultado dos ideais da Escola Nova e da Higiene Mental, já que tinha como objetivo atuar em escolas primárias da rede municipal, atendendo crianças que apresentassem problemas de adaptação, abordando seus possíveis desajustamentos psíquicos no lar e na escola. O Serviço atuava junto às chamadas escolas experimentais, visando inventar novos métodos educacionais baseados na experimentação cotidiana.

O SOHM encerrou seu trabalho em 1939, em função da implantação do Estado Novo e de suas novas políticas. Foi substituído pelo Serviço de Ortofrenia e Psicologia (SOP) em 1940, a partir de uma reformulação do IPE (que passa a se chamar Centro de Pesquisas Educacionais – CPE), funcionando com atividades similares ao SOHM, mas com concepções diferentes.

O SOP destinava-se, principalmente, a diagnosticar os alunos com dificuldade de aprendizagem nas escolas primárias da rede municipal através do uso de testes de inteligência infantil e, a partir do resultado, encaminhá-los para as chamadas “turmas especiais”. Realizava ainda trabalho clínico de curta duração com estas crianças, fazia pesquisas e ministrava cursos acerca desses assuntos, constituindo-se em um centro de propagação de conhecimento. Este serviço encerrou suas atividades em 1975, com a extinção do IPE devido à fusão dos Estados da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro, não havendo posteriormente nenhum órgão que o tenha substituído em essência.

Em busca das mulheres do LBI, do SOHM e do SOP.

O LBI

Tendo em vista o curto período de funcionamento do LBI, poucos são os documentos e estudos referentes a este Laboratório. Além disso, a possibilidade de obtermos fontes orais é remota, dada a época de seu funcionamento. Nesse sentido, nosso levantamento bibliográfico se limitou a, basicamente, três acervos: da Biblioteca Nacional, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (sobretudo o Acervo Clio-Psyché e as Bibliotecas de Psicologia, Serviço Social e Direito) e da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-PSI).

Ao nos determos na investigação das personagens femininas que tiveram alguma relação com o LBI, seja ela psicológica ou não, verificamos que uma das mulheres mais mencionadas é a deputada federal Carlota Pereira de Queiroz, a primeira mulher eleita para o cargo. Porém conforme os Anais do LBI, sua participação foi restrita à fase de sua constituição e à organização de cursos de Assistência Social, não possuindo vínculo com a Psicologia lá praticada.

Ocupando o cargo de psicologista e chefe do setor de Psicotécnica do LBI, Glória Quintela, exemplifica o quanto a não preservação documental pode dificultar ou mesmo impedir o resgate de dados importantes. Um artigo recente de sua autoria encontrado no periódico Arquivos Brasileiro de Psicotécnica, em volume comemorativo de 1970-71, apresentando-a como psicóloga em Brasília, nos fez presumir sua importância para a época e voltar a investigação para possíveis fontes em Brasília. Apesar de seu nome não constar nas listagens do Conselho Federal de Psicologia e do Regional de Psicologia 01, o contato com Mariza Borges, psicóloga do CRP-01, nos fez conhecer o motivo de tal fato: uma digitalização dos cadastros dos profissionais atuantes, em 1991, veio a resultar na incineração de todos os cadastros não digitalizados, entre eles, possivelmente, os de Quintela.

Citações rápidas e nomes de algumas mulheres também estão presentes nos documentos do Laboratório. No entanto, as poucas informações sobre elas não nos forneceram elementos suficientes para concluirmos a investigação. Como, porém, buscamos aquelas que tiveram relação com a Psicologia, atualmente voltamos nossa atenção para Helena Paladini Cardoso, psicologista do LBI.

Recentemente, na análise das Folhas de Pagamento do Instituto Sete de Setembro, encontramos o nome de Mariana Agostini de Villalba Alvim (1909-2001), todavia a função por ela exercida aparece com código cujo significado ainda não foi identificado. Em nenhum dos documentos do Laboratório havia menção a ela, contudo, no Acervo Clio-Psyché, encontramos em sua biografia a referência de ser psicóloga do SAM.

O SOHM e o SOP

Nossa busca pelas mulheres n SOHM iniciou-se com extrema dificuldade, devido à escassa literatura, resultado, sem dúvida, de seu curto período de existência. Conseguimos, basicamente, material oriundo de dois comentadores usados durante a construção do verbete sobre o SOHM para o Dicionário de Instituições *Psi* do Brasil. Tratava-se de duas

dissertações, uma que abordava o funcionamento do SOHM dentro do contexto da obra de Arthur Ramos, e outra que discorria exclusivamente a respeito do Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE), desde sua criação até seu término em 1975, ambas encontradas através da Base Minerva, situadas nos campus do IFCH e da Praia vermelha da UFRJ, respectivamente.

Na primeira dissertação não encontramos nenhuma menção a figuras femininas no texto, apenas em uma nota de rodapé, a citação do nome de sete professoras e uma médica que auxiliaram Arthur Ramos: Consuelo Pinheiro, Cenira Isensée Carvalho Leal, Dinah Goulart, Dulce Goulart, Marília Hasselmann Rosa e Silva, Isaura Carvalho de Azevedo, Léa Paula Miranda e Stephania Soares.

A primeira medida que tomamos foi averiguar se existia algo na internet a respeito dessas mulheres, ou alguma publicação em seu nome. Encontramos apenas uma publicação de 1924 de autoria de Stephania Soares através da Base Minerva. Entretanto, por se tratar de um texto sobre gravidez, com uma perspectiva médica, descartamos a possibilidade de que ela tivesse alguma relação com a Psicologia.

Posteriormente, realizamos uma análise da bibliografia da dissertação de Schreiner, que nos indicou possíveis locais de busca como o livro “A Criança Problema” de Arthur Ramos, o Boletim de Educação Pública, os Arquivos de Medicina Legal e Identificação e os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental do Rio de Janeiro.

No livro “Criança Problema”, somente encontramos as funções das referidas mulheres e seu local de atuação específico, sem maiores detalhes. Além disso, notamos que o termo “Clínica de Hábitos” era citado algumas vezes ao longo do livro, o que nos levou a buscar sua definição. São definidas como clínicas cujos objetivos eram avaliar as crianças nas escolas e orientar as famílias para prevenir desajustamentos. (Lima, 1993; Schreiner, 1998)

Por se tratar do maior acervo historiográfico brasileiro, e também a maior biblioteca da América Latina, (Brozek; Massimi, 1998), decidimos que a Biblioteca Nacional seria o local ideal para encontramos certos documentos, como o Boletim de Educação Pública, na medida em que contém importantes documentações que reconstruem a história da psicologia no Brasil, desde as primeiras idéias psicológicas da época colonial até a consolidação da psicologia como ciência.

Foi na seção de periódicos que encontramos o Boletim de Educação Pública, cinco volumes compreendendo os anos de 1930 a 1935. Este boletim semestral constitui-se basicamente de informes sobre medidas, contratações, regulamentações da então Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, embora contenha também alguns artigos sobre trabalhos desenvolvidos na educação, tal qual um de autoria de Arthur Ramos (1935) a respeito do SOHM. Infelizmente, não encontramos nenhuma referência ao trabalho de mulheres.

Acerca do SOP o exame das referências bibliográficas de Almeida (1993) nos indicou possíveis fontes de busca, como a “Revista de Educação Pública”. Tal periódico encontra-se na Biblioteca Nacional, mas, pela abrangência temporal (1943-1958), e sendo muitos volumes, não conseguimos ainda analisar todas as edições.

Entretanto, a fonte que nos propiciou maior riqueza de informações acerca desse serviço foi a Prof^a Yonne Moniz Reis que atuou no SOP por volta da década de 50 e que nos concedeu várias entrevistas. Forneceu-nos documentos do SOP, como relatórios, regulamentações do serviço e organograma interno. Citou o nome de diversas mulheres que teriam contribuído para a excelência do Serviço, com destaque para Ofélia Boisson Cardoso, que ocupou cargo de chefia em 1945 e Cinira Menezes de Miranda, que ocupou o mesmo cargo em 1955. Estes nomes também foram encontrados nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, que nos forneceram dados básicos sobre essas mulheres, servindo, portanto, de guia para continuidade à pesquisa.

Considerações Finais

Durante a entrevista com a prof^a Yonne Moniz Reis, esta nos relatou que presenciou funcionários do SOP rasgarem documentos da instituição, alegando que estavam somente ocupando espaço. Infelizmente, isto não se trata de uma atuação pontual. Assistimos, cotidianamente, ao descaso da cultura brasileira para com os materiais que documentam a trajetória do país, resultado de uma política de distanciamento da sociedade com relação à história. Em consequência, são poucos os lugares dedicados ao resgate, arquivamento e conservação de documentos no Brasil. Além disso, esses poucos existentes ainda sofrem com a falta de manutenção, culminando algumas vezes em inundações e incêndios, gerando uma maior degradação ou até mesmo perda dos acervos. Para isto contribui, sem dúvida, a má catalogação dos materiais e certa dispersão dos volumes de arquivos e periódicos por entre várias bibliotecas e instituições. Esses fatores diversos são responsáveis por um trabalho de investigação demorado, custoso e ineficiente, sendo este o principal entrave à nossa pesquisa.

Apesar das dificuldades em obtermos novas informações sobre as mulheres do LBI, do SOHM e do SOP envolvidas com a prática psicológica, temos prosseguido em nossas investigações, buscando resgatar o trabalho desenvolvido por elas, a fim de conhecer os papéis desempenhados não só enquanto psicólogas dessas instituições, mas, sobretudo enquanto construtoras e propagadoras da prática psicológica no Brasil.

Em conclusão, defendemos a importância da conservação dos documentos históricos, científicos e culturais que, conforme denominados, são patrimônio do nosso país. A dificuldade que temos encontrado em nossas investigações nos fez atentar para o valor de tais documentos, fontes relevantes para a construção da história de um determinado assunto ou lugar. Afinal, se hoje nos é possível escrever a respeito dessas instituições, é porque ainda existem registros documentais a respeito de suas existências. Neste sentido, faz-se necessária uma reflexão conjunta acerca da reorganização do processo de preservação de documentos a fim de que estes não se percam nos desvãos da história impedindo a conservação da memória e, conseqüentemente, o desenvolvimento da psicologia brasileira, devido à carência de um espaço impulsionador para novas pesquisas e descobertas.

Referências

ALMEIDA, Lúcia Reis de. *O Instituto de Pesquisas Educacionais dos antigos distrito federal e estado da Guanabara*. 1993. 76p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

ANAI DO INSTITUTO SETE DE SETEMBRO. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, nº 4, 1940

ANAI DO LABORATÓRIO DE BIOLOGIA INFANTIL. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, nº 3, 1938.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, v.1-5, n.1-14, 1930-1935.

BRASIL. Decreto-Lei n. 3.799, de 05 de novembro de 1941. “Transforma o Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

- BROZEK, J. & MASSIMI, M. (Orgs.). *Historiografia da psicologia moderna: versão brasileira*. São Paulo: Loyola; Unimarco, 1998.
- BULCÃO, Irene. *Investigando as políticas de proteção e assistência a infância no Brasil: Psicologia e ações do estado*. 2006. 269p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.
- CAMPOS, Regina H. F. (org.). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil – Pioneiros*. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2001.
- CHAVES, Miriam Waidenfeld. *A Escola Nova na Cidade do Rio de Janeiro dos Anos 30: A Experiência da Escola Argentina*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/23/textos/0212t.PDF#search=%22%22escola%20municipal%20argentina%22%20rj%22>> Acesso em: 20 ago. 2006.
- GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. *Educação e Psicanálise: a criança problema na perspectiva de análise da obra de Arthur Ramos (Rio de Janeiro 1930-1940)*. Em *Práxis Educativa*. Paraná: UEPG, v.1, n.2, 2006. p. 65-76.
- LIMA, Ana Laura Godinho. A "criança-problema" e o governo da família. Em: *Estilos da Clínica*. Vol.11, n.21. São Paulo: 2006. p.126-149. Disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282006000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 de dezembro de 2007.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. Folha de Pagamento do Instituto Sete de Setembro e Escola João Luiz Alves. Rio de Janeiro, 1935-1940. (Localização: Arquivo Nacional).
- OLIVEIRA, Leila de Andrade. *A influência dos saberes psicológicos na construção da assistência à infância no Brasil*. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2000.
- RAMOS, Arthur. *A criança problema*. 4 ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1944.
- RAMOS DA SILVA, Alexandre Schreiner. Uma aventura para o amanhã. Arthur Ramos e a neuro-higiene na década de 1930. Em: Duarte, Luiz Fernando Dias; Russo, Jane; Venancio, Ana Teresa A. *Psicologização no Brasil: atores e autores*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2005. p.151-166.
- RAMOS DA SILVA, Alexandre Schreiner. *Cuidando do futuro do Brasil: infância, educação e higiene mental na obra de Arthur Ramos*. 1998. 181p. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) - Instituto de Psiquiatria, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- RIBEIRO, Leonídio. *Memórias de um Médico Legista*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1975.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz, *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Renato da. “Abandonados e Delinqüentes”: A infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941). Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2003.

SIRCILLI, Fabíola. *Arthur Ramos e Anísio Teixeira na década de 1930*, In: *Paidéia*, vol. 15, n. 31. São Paulo: USP, 2005.

SIRCILLI, Fabíola. *Psicanálise e educação escolar no Brasil, nos anos de 1930: Arthur Ramos e Anísio Teixeira*, In: *História da Educação*, n.02. São Paulo: USP, 2005b.

Depoimentos:

BORGES, Mariza. Mensagem-depoimento sobre Glória Quintela. Recebido em: 10 de abril de 2008.